



O TRABALHO DOCENTE NO EAD

Valdelaine da Rosa Mendes – UFPel/USP

Agência Financiadora: CNPQ

Resumo: Este estudo é parte integrante de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as implicações da ampliação do EAD para o trabalho docente e sua relação com as transformações no mundo do trabalho. O recorte do estudo aqui apresentado tem como propósito focalizar essa análise nos profissionais que atuam como tutores nesses cursos. Contou com dois procedimentos de investigação, um estudo dos registros legais e estatísticos referentes ao EAD e uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso.

Palavras-chave: trabalho docente, ensino a distância, precarização.

Introdução

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as implicações da ampliação do Ensino a Distância para o trabalho docente e sua relação com as transformações no mundo do trabalho. O recorte do estudo aqui apresentado tem como propósito focalizar essa análise nos profissionais que atuam como tutores nesses cursos.

Optou-se pelo exame do papel do tutor, nessa modalidade de ensino, porque este possui um conjunto de atribuições consideradas fundamentais no funcionamento dos cursos. As responsabilidades do tutor são muito próximas daquelas que um professor precisa realizar no seu exercício docente. Dessa forma, entende-se que a figura do tutor na modalidade EAD pode servir para uma maior precarização do trabalho no campo educacional.

Este estudo contou com dois procedimentos de investigação, um estudo dos registros legais e estatísticos referentes ao EAD¹ e uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. A investigação qualitativa foi desenvolvida em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior (IPFES) do sul do Brasil. Esse tipo de estudo é realizado a partir de um pequeno universo de investigação, mas com um grande número de variáveis. Stake (1983) assinala que

¹ Neste recorte da pesquisa os dados oriundos dessas análises não são expostos explicitamente, servem apenas de subsídio para as discussões apresentadas.

o pesquisador qualitativo observa como os eventos são determinados no contexto em que ocorrem.

Para a realização do estudo, foi feito levantamento do número de cursos na modalidade EAD oferecidos pela universidade. Logo após o levantamento, foram verificados quem são e como atuam os tutores desses cursos e, a partir daí, iniciou-se o processo de realização das entrevistas². Foram entrevistados oito tutores, sendo dois de cada curso oferecido pela instituição pesquisada. Os critérios para escolha dos participantes do estudo foram maior tempo de trabalho com EAD e disponibilidade para responder as questões da pesquisa.

As implicações das mudanças no mundo do trabalho para o campo educacional e para o EAD

A orientação política (neoliberal), a partir do final dos anos 1980, assume o discurso do fracasso do ensino público no Brasil como se tal fato não decorresse da incapacidade do Estado em atender as demandas e necessidades da população. Essa postura, de acordo com Saviani (1992, p. 11), “possibilita que se advogue, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado”.

As medidas adotadas no campo educacional, nas últimas décadas, estão plenamente articuladas com os objetivos do capital, e, no Brasil, podem ser percebidas, por exemplo, na equiparação das instituições de ensino a empresas e na implementação de políticas eminentemente voltadas para atender as demandas do mercado.

O setor educacional torna-se um terreno fértil de propagação dos ideais neoliberais.³ Os valores e princípios que orientam a economia de mercado são visivelmente incorporados à educação e podem ser percebidos: na adoção de mecanismos que incentivam a concorrência entre alunos e entre instituições de ensino; no arrefecimento das ações coletivas e organizadas (sindicatos, grêmios, associações de pais); no uso do discurso das competências que devem ser desenvolvidas no âmbito escolar.

O esvaziamento e o enfraquecimento das organizações coletivas no mundo do trabalho, produzidos pelas demandas do capital, no final do século XX, também são percebidos no âmbito educacional. De acordo com Gentili (2000, p. 244), “o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe

² Todas as entrevistas foram presenciais e gravadas com a autorização dos tutores.

³ O livro “O Banco Mundial e as políticas educacionais”, organizado por Livia Tommasi (2003), mostra como organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio assumiram um papel importante na orientação das políticas educacionais implementadas no Brasil. É claro que a adoção de tal agenda só ocorre porque encontra respaldo no setor político e econômico.

um novo significado como mercadoria, para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas”.

Os espaços coletivos de organização dos diferentes segmentos da comunidade escolar, como grêmios, associações de pais e até mesmo os sindicatos, deixam de ser o *locus* das reivindicações, das lutas e da defesa da educação de qualidade. Esses espaços são substituídos por projetos particulares, cujo pressuposto é de que cada indivíduo ou instituição é responsável pelo seu bom ou mau funcionamento e, assim, deve buscar as soluções para as suas dificuldades. São, dessa forma, criadas as condições para a introdução de inúmeras ações voluntárias no interior das escolas que, além de despolitizar e desprofissionalizar o trabalho no campo educacional, retiram o conteúdo estrutural das problemáticas sociais.

Os novos contornos assumidos pelo trabalho na sociedade capitalista – consequência das modificações nas formas de produção – aumentam a sua precarização. A intensificação de ritmos, a exigência de um profissional multifuncional, o rebaixamento de salários (que não acompanham o aumento dos preços), o uso de contratos informais ou terceirizados, são exemplos desse processo.

No trabalho docente, a precarização pode ser percebida no aumento do número de horas dedicadas pelos professores ao trabalho; no aumento do número de alunos por classe; na falta de uma estrutura adequada para o desempenho da função; na não previsão de carga horária suficiente para estudo e planejamento das aulas; nos baixos salários que são responsáveis por jornadas que, não raras vezes, chegam a 60 horas semanais; na ausência de incentivo à formação em serviço; nos limitados planos de carreira que deixam o professor por anos estagnado no mesmo lugar; na falta de concursos que gera contratações precárias; na pressão pela produção científica, no caso das instituições de ensino superior.

De acordo com Sguissardi e Silva Jr. (2009), muitas vezes os professores⁴ encaram essa forma de produção sem resistência e, em geral, sem a crítica ao modo como se organiza a atividade docente. A precarização também se expressa no incentivo à competição e na luta individual por melhores remunerações, quando os professores são estimulados a concorrer com os pares para alcançar metas que resultarão em gratificações e bonificações nos salários. O condicionamento do aumento do salário à apresentação de determinado desempenho dos estudantes sugere ser o professor o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso escolar.

⁴ Nesse estudo os autores desenvolvem a investigação com professores universitários. Porém, entende-se que grande parte das conclusões obtidas na análise do trabalho docente no ensino superior podem ser transferidos para outros níveis de ensino.

Essa é mais uma dimensão da precarização do trabalho docente que se manifesta no esvaziamento⁵ das lutas mais coletivas e organizadas, na medida em que não se reivindica melhores condições de trabalho para uma categoria profissional, mas individualmente cada um assume a responsabilidade pela sua remuneração⁶ ou por um incremento no seu salário, por sua formação e pela infraestrutura de trabalho.

A lógica das maiores remunerações condicionadas a “melhores” desempenhos no trabalho docente nada mais é que a tradução, no campo educacional, da forma de funcionamento da sociedade capitalista, de que a possibilidade de ascensão econômica está colocada para todos, bastando, então, que cada indivíduo “lute” para galgar melhores condições de vida.

OLIVEIRA (2004, p. 1140) observa, a partir de suas pesquisas, que os trabalhadores docentes são levados a “responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, contudo expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo – faltam-lhes condições de trabalho adequadas – quanto do ponto de vista subjetivo”.

Especificamente no EAD, são criadas as condições para uma mais aguda precarização do trabalho docente, pois a inexistência de uma estrutura física, que limite o número de pessoas em um determinado espaço, parece favorecer o incremento da quantidade de estudantes nessa modalidade, já que estes não são vistos e estão dispersos em ambientes virtuais.

Outro elemento em relação à precarização que pode ser mencionado refere-se ao tempo de trabalho. De acordo com Moran (2010), no EAD, “o conceito de curso, de aula também muda. Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais serão flexíveis”.

É justamente nessa flexibilidade que está a preocupação com o trabalho docente. Isto porque um dos principais argumentos usados na defesa do EAD é o da criação de cursos de graduação a pessoas que não dispõem de tempo nos períodos em que são ofertados os cursos presenciais. Assim, se cada estudante poderá buscar o auxílio do professor nos momentos em que tiver disponibilidade para estudar, qual será o tempo e o espaço de trabalho desse docente? Como o uso das tecnologias interativas pode ser feito a qualquer momento e em qualquer lugar, esse professor poderá perder totalmente a noção do que seria o tempo de trabalho (formal) e de lazer, tornando-se, assim, o trabalho demanda permanente na sua vida.

⁵ Decorrente, como já visto, dos mecanismos de conservação desse modo de produção adotado nas últimas décadas.

⁶ O incentivo à competição também se dá no interior das instituições de ensino quando são produzidos e divulgados *rankings* que classificam as instituições.

Outro aspecto, alvo deste estudo, que se constitui como elemento de precarização do trabalho docente no EAD, é a existência do tutor nessa modalidade de ensino. É criada, assim, uma “nova” figura profissional dentro da categoria dos trabalhadores em educação.

No EAD, os aspectos referentes aos salários, ao número de alunos por turma, à forma de vínculo empregatício, ao tipo de formação exigida para o exercício da função, ao tempo dedicado ao ensino são facilmente observáveis quando se realiza um levantamento em uma instituição de ensino. Entretanto, há um conjunto de aspectos não tão visíveis que são percebidos apenas através de um contato mais direto com o trabalhador em educação e dizem respeito à maneira como este elabora e percebe todo o processo de precarização a que é submetido. São os aspectos referentes à subjetividade do trabalhador.

Neste caso, pode ocorrer de o trabalhador nem perceber a dimensão de tal precarização dada a ofensiva ideológica do capital, que cria uma predisposição no trabalhador para que perceba a exploração como algo natural e necessário. No estudo a seguir apresentado serão expostos aspectos que caracterizam a atividade do tutor no EAD.

Que tipo de trabalhador é o tutor do EAD?

Neste ponto, serão expostos os dados referentes ao estudo desenvolvido em uma IPFES com o intuito de identificar a existência de elementos que precarizam o trabalho no EAD a partir da análise das características do trabalho do tutor.

Todos os tutores entrevistados nasceram entre os anos 1970 e 1980 e concluíram suas graduações em diferentes licenciaturas nos anos 2000 na mesma universidade onde atuam com EAD. A maior parte não possui curso de pós-graduação, porém alguns estão cursando especialização ou mestrado e outros manifestaram o desejo de buscar mais formação. Entretanto, poucos manifestaram interesse em realizar alguma formação a distância ou sobre EAD. A maior parte revelou ter passado por uma seleção para trabalhar como tutor. Apenas em um caso foi declarado que o início do trabalho ocorreu por convite, já que o curso estava por começar.

A jornada semanal de atividades dos entrevistados é bastante elevada em termos de carga horária. Somando as 20 horas que dedicam ao EAD, apenas um tutor tem uma jornada menor que 40 horas semanais. Os demais possuem mais de 40 horas, sendo que quatro entrevistados têm 60 horas ou mais de sua semana preenchida com atividades. Quase a totalidade dos entrevistados exerce também a docência na rede pública de ensino. Os entrevistados começaram a trabalhar com EAD nos anos de 2007, 2008 e 2009. Alguns

tutores atuam em cursos diferentes daqueles em que tiveram a formação inicial, o que pode indicar mais uma dificuldade para o trabalho nessa modalidade de ensino.

Em um edital para seleção de tutores para o EAD, obtido na IPFES investigada, aparecem as suas atribuições. No caso, são funções muito próximas das responsabilidades de um professor. São elas:

- a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- b) Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- c) Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- d) Manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- e) Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- f) Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- g) Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- h) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- i) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- j) Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações.

Ainda, de acordo com o referido edital, são requisitos para ser tutor: possuir titulação específica condizente com o curso de atuação; disponibilidade para viagens aos polos de abrangência do curso durante a semana, inclusive aos sábados e domingos; conhecimentos básicos para manuseio de computador, internet e disponibilidade para aprendizagem de ferramentas para o EAD. Embora não conste no edital, o tutor deve dedicar 20 horas semanais ao EAD.

Há dois tipos de tutores no EAD: presencial e a distância. O tutor presencial permanece na cidade polo e tem como função principal ajudar os alunos na realização das tarefas, auxiliá-los na mediação com os professores e tutores a distância e assisti-los no uso dos equipamentos de informática. Já o tutor a distância permanece na cidade sede da instituição superior de ensino que oferece o curso e parece possuir exatamente as funções previstas no edital. Em cada polo há dois tutores presenciais e dois tutores a distância por curso.

Neste estudo, centrou-se a investigação apenas nos tutores a distância pelo entendimento de que a maior parte das funções previstas no edital é desempenhada pelo tutor a distância, ficando o tutor presencial mais responsável por tarefas burocráticas.⁷

As entrevistas revelaram uma variedade de características dos trabalhos realizados pelos tutores. Em cada curso, o tutor tem funções específicas. Há o tutor que é responsável por uma disciplina em um ou dois polos. Há o tutor que é responsável por uma disciplina, mas atende vários polos ao mesmo tempo. Há o tutor que não tem uma disciplina específica e é responsável por um polo, ou seja, atende todas as disciplinas que são ofertadas. Há o tutor que atua em um polo diferente em cada semestre.

O vínculo que o tutor estabelece com a instituição em que atua é de bolsista. Isto é, é remunerado com uma bolsa de até R\$ 600,00 (seiscentos reais)⁸ que é paga pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), tradicional instituição federal de fomento à pesquisa no país⁹. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.273, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Nessa lei, são estabelecidos os valores que serão pagos a todos os que atuarem na promoção do EAD. São quatro modalidades de bolsa previstas na lei: até o valor de R\$ 100,00 (cem reais) para participantes de cursos ou programas de formação inicial ou continuada; até o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o exercício da tutoria, cuja exigência mínima é a formação em nível médio e experiência de um ano no magistério; até o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos participantes dos cursos ou programas referidos, cuja exigência é a formação mínima em nível superior e experiência de um ano ou a vinculação a programas de pós-graduação de mestrado ou doutorado; por fim, até o valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para os participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica, cuja exigência é a experiência mínima de três anos no magistério superior.

⁷ Informações levantadas durante a investigação. Dada a variedade de características do trabalho realizado nos cursos a distância, pode ser que nem todos tenham essa característica.

⁸ Esse era o valor recebido pelos tutores durante a realização das entrevistas. As bolsas sofreram um reajuste em maio de 2010 e passaram a ter o valor de R\$ 765,00.

⁹ A atuação da Capes ocorre nas seguintes linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A vigência da bolsa está diretamente relacionada ao tempo de duração do curso, mas de acordo com a lei não deve ultrapassar quatro anos. O tutor não tem direito a férias, décimo terceiro salário, bem como a qualquer outro direito trabalhista.

Todos os entrevistados foram questionados sobre suas tarefas e atribuições semanais. Ficou evidente nos depoimentos que o trabalho no EAD não é um projeto de vida para essas pessoas. Todos desempenham outras funções ou estão em busca de outras atividades. De acordo com Leila:

a minha atividade principal é outra, isso aqui é uma bolsa. Claro, não é por isso que eu vou fazer mal feito. Mas, digamos, agora mesmo, lá no outro lugar, eu trabalho no X¹⁰. Eu tô com muita coisa para fazer, tipo se tiver que optar, é lógico que eu vou ficar lá. [...] quem trabalha aqui, tem outra atividade principal [...] eu não sei até quando eu vou ficar aqui, como eu te falei, tá apertando lá. Eu não vou perder a oportunidade, até mesmo de crescer lá por causa daqui.

Por outro lado, muitos acabam desistindo do trabalho justamente por essas questões. Como afirmou Vanda: “vários tutores vieram da turma 2, da turma 3 que vieram pra turma 1 porque os antigos foram saindo [...] por várias questões”. A atividade docente pressupõe estudo e atualização permanente. Nessa situação em que o profissional concentra seus esforços em outras atividades, mais seguras e permanentes, pressupõe-se menor dedicação e envolvimento no EAD. Osmar, ao fazer uma avaliação das expectativas dos tutores, no curso em que atua, em relação a um projeto pessoal de permanência no EAD, mencionou: “Eu vejo aqui que [...] nós estamos sempre pensando em buscar algo”.

Nos depoimentos de alguns entrevistados ficou evidente a percepção de que não são vistos como trabalhadores: “tu não és um trabalhador, tu não és nem um celetista, porque tu não tens férias, não tem décimo terceiro. Na verdade, tu não tem férias. Eu não tenho férias do curso” (Carlos). Esse tutor, quando questionado se no período de férias dos alunos também estaria liberado das atividades do EAD, respondeu:

não, a gente tá à disposição do curso, fica os 12 meses do ano trabalhando. Não existe férias. Na verdade, as férias são dadas porque os alunos tiram férias, tem o recesso, porque o calendário é o mesmo da universidade. E aí claro, nesse assim: “ah, a gente não pode dar férias pra vocês por causa da função das bolsas, porque se a gente disser que deu férias pros tutores, corta a bolsa e quando eles voltam volta a bolsa. Então façam o seguinte: entrem uma vez por semana no sistema dêem uma olhada, não deixem de entrar no sistema, continuem lá e tal, mantenham o contato, não percam o contato.

¹⁰ Extraíu-se o nome do local para evitar a identificação.

Durante a pesquisa, percebeu-se que, além do fato do tutor ser um bolsista, sem um vínculo mais formal de trabalho, também não há muitas garantias nos pagamentos das bolsas, que atrasam e não têm data certa de depósito. Osmar relatou: “muitas vezes nossa bolsa atrasa, não dá para contar, [...] a princípio ela teria uma data de pagamento que é o 15º dia útil de cada mês, mas não tem, em cada mês ocorre em um dia diferente, já ocorreu de ficar 3, 4 meses atrasada.” Essa incerteza em relação ao pagamento da bolsa também parece ser uma razão para os tutores buscarem outras ocupações que assegurem a sua subsistência,

[...] porque todos que eu vejo ali são tutores, eles não têm só aqui como vínculo, porque aqui será que vai vir o mês que vem a bolsa ou não? Atrapalha um pouco isso, todo mundo tem que ter outra atuação, outro local de atuação pra ter um vínculo empregatício.

De acordo com Leila o fato de não possuírem qualquer tipo de vínculo formal com os cursos é um elemento que afeta a motivação para o trabalho no EAD: “[...] as bolsas atrasam, tu não tem direito a férias, tu não tem direito a décimo terceiro. Isso impede que tu fique mais motivado pra fazer o melhor trabalho, com certeza. O valor também é pouco. [...] Eu acho que, com certeza, é um fator negativo”.

No decorrer das entrevistas, também se indagava se havia algum tipo de organização dos tutores para reivindicar melhores condições de trabalho. Identificou-se que não há qualquer tipo de organização nesse sentido. Inclusive, percebeu-se, em muitos entrevistados, que nem haviam pensado nessa possibilidade.

A maioria dos tutores entrevistados parece encarar com naturalidade um conjunto de situações que, de acordo com os critérios teóricos construídos nesta investigação, precarizam o seu trabalho. Durante as conversas, quando questionados se estabeleciam algum tipo de debate com os pares, sobre suas condições de trabalho, muitos demonstraram pouco ter refletido sobre a questão ou não vislumbrar possibilidades de alteração nessa lógica de funcionamento do curso. Sobre a realização de debates entre os tutores sobre o fato de serem bolsistas e não possuírem um vínculo mais formal de trabalho, Vera respondeu: “até se tem, em momentos muito informais, mas, como todo mundo já sabe que essa é a condição do momento, acaba, né...”.

Há um esforço para eliminar preconceitos em relação ao EAD. Isso, inclusive, pode ser notado no fato de os diplomas dos concluintes desses cursos não mencionarem que a formação foi a distância. Durante as entrevistas, uma das questões citava, além desse aspecto, a tentativa por parte dos setores que oferecem esse tipo de ensino de enfatizar que não há nessa modalidade qualquer prejuízo à formação do aluno. A questão lembrava, ainda, o fato

de que quase a totalidade dos professores que atuam no ensino presencial na instituição estudada nela entraram por meio de concurso público, possuíam vínculo empregatício, tinham oportunidade de trabalho com pesquisa, ensino e extensão, além da possibilidade de poder pedir afastamento remunerado para realizar curso de pós-graduação. Além disso, a maioria desses professores tem mestrado ou doutorado. Com essa indagação, pretendia-se levar os entrevistados à reflexão sobre o tipo de trabalho que desempenham no EAD. A meditar se o tipo de vínculo que mantinham não contribuía para a diferenciação de uma e outra modalidade de ensino, de modo a criar as condições para que o EAD tivesse menor qualidade.

Um dos entrevistados, Osmar, quando questionado se via alguma possibilidade de mudar essa situação, disse que não e ainda afirmou: “acho que não porque eles já até nos falaram que nossa bolsa teria um aumento, que tem parece, que foi aprovado um aumento no valor da bolsa, mas até hoje não houve esse aumento”.

Quando indagada se achava um problema o fato do tutor ser um bolsista, Vera respondeu: “eu acredito que sim, poderíamos, de repente a EAD..., mas certamente vai continuar, eu acho que poderíamos de repente abrir um concurso, sei lá, né, pra ficar. Nós já estamos aqui, porque dentro de dois anos sairemos e entra uma turma nova, que não tá acostumado com isso”.

Sobre essa questão, dois profissionais disseram que o contrato do tutor poderia ser semelhante ao de professor substituto na universidade. Vale lembrar que o trabalho do professor substituto nas IPFES ocorre somente “para suprir a falta de docente de carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento ou licença de concessão obrigatória”, e que esse tipo de contratação não pode exceder a 10% dos cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição (Lei nº 8.745/1993).

Além disso, durante as décadas de 1990 e 2000, esse tipo de contratação constituiu um recurso das IPFES para suprir a demanda por docentes não provida por concurso público, que foi amplamente criticada, questionada e denunciada pelo Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) por ser uma forma precária¹¹ de contratação de professores para atuar nesse nível de ensino.

Para Leila, a atividade do tutor poderia ser comparada ao trabalho do professor substituto, “se tivesse, digamos assim, a mesma remuneração do professor substituto, por que não?” No mesmo sentido, Osmar expôs:

¹¹ É precária porque tem limitada duração; não pressupõe o trabalho com pesquisa, extensão e ensino, apenas com este; tem remuneração abaixo daquilo que recebe um professor efetivo; exige, geralmente, titulação menor para o exercício da função.

eu acho uma parte ruim essa parte de não ter o vínculo empregatício, de não ter essa ligação com a instituição, porque aqui nós não temos prazo de... Normalmente o professor substituto nas universidades federais tem um contrato de um ano e pode renovar por mais um ano, aqui não. Aqui nós entramos como tutor que é uma bolsa, não tem esse prazo, de tal dia termina o contrato. Então, eu acho meio estranho essa parte de não ter vínculo com a instituição, porque na verdade eles usam muito nós aqui, acho que os tutores representam 90% dos professores que atuam. Poderia ter nem que fosse um contrato temporário, um vínculo.

Nota-se, nas entrevistas, uma certa resignação com a situação que enfrentam. As falas de Leila e Osmar revelam que, para esses tutores, o máximo que pode ser almejado por um profissional que atua na função de tutor é um contrato como substituto. Esses profissionais não vislumbram melhores condições de trabalho no EAD. Embora admitam haver preconceito pelo tipo de trabalho que exercem, alguns se limitam a comparar suas ações com as dos outros professores (também bolsistas) que atuam nos cursos.

Sobre a remuneração dos tutores, Rosa mencionou: “eu acho que aí a gente sofre um pouquinho de preconceito, porque eu não sei qual é a diferença do tutor e do professor pesquisador, né? Eu não vejo diferença. Eu acho que nesse ponto nós somos prejudicados. É a mesma formação”.

E, em relação ao fato de ser bolsista, Rosa, em um primeiro momento, respondeu não achar um problema, mas completou: “seria bom que nós fossemos efetivos e trabalhássemos com isso, até porque a gente tem prazo, né? De quatro anos, e aí acaba. [...] eu acho que seria legal ter um professor, efetivarem um professor”.

Como afirma Marx (1989), o trabalho na sociedade capitalista não se constitui na satisfação de uma necessidade, mas é um meio para satisfazer outras necessidades. Entretanto, mesmo esse trabalho explorado foi capaz de conquistar, ao longo de décadas e após intensa luta dos trabalhadores, alguns direitos que, com o projeto neoliberal, são ameaçados por conta das “novas” formas de exploração da força de trabalho.

O trabalho desempenhado pelos tutores é a expressão dessa precarização, pois ele não assegura qualquer direito a esses trabalhadores, que poderão ficar até quatro anos na função sem férias, décimo terceiro, registro em carteira. E, além de não possuírem qualquer proteção como trabalhadores, não poderão contabilizar esse tempo para a aposentadoria.

Embora nenhum tutor tenha atribuído relevância à remuneração que recebe ou justificado o interesse pelo trabalho no EAD pela questão financeira, é bem possível que muitos tenham buscado ou permaneçam na função por essa razão, já que a bolsa confere um

incremento ao orçamento mensal. Grande parte dos tutores atua na rede pública de ensino, cujos salários são baixos.

O fortalecimento do currículo e a aproximação com a universidade, aspectos que foram apontados como motivadores no trabalho com o EAD, também sugerem a ideia de que a atuação em um trabalho precário e provisório servirá de trampolim para um ofício mais seguro e melhor remunerado. Trata-se de uma sujeição do trabalhador que é, ao mesmo tempo, consentida (porque acreditam que deva ser dessa forma) e coagida (porque são levados a crer que a experiência será pré-requisito para alcançarem melhores postos de trabalho). Ambos os mecanismos (do consentimento e da coerção) são aceitos pelos educadores sem maiores questionamentos ou críticas.

No caso de Carlos, que trabalha com todas as disciplinas do curso em que atua, parece haver ainda uma maior precarização do trabalho e conseqüentemente do ensino.

aí vem mais uma das questões que eu penso, desse ponto, que é um meio de tu sucatear o ensino, é só tu dizer que tu tá dando o ensino superior pra alguém porque eu não sou um mega professor, entendeu? Eu tenho falhas muitas durante esse processo. Então no momento que eu tenho falhas e eu me sinto tendo falhas nesse processo esse aluno vai ficar também com o ensino prejudicado. Se ele não correr atrás, então quer dizer, o aluno pra ter um ensino a distância ele precisa ter muito mais vontade dele aprender do que eu de ensinar, porque ele tem que me questionar, ele tem que ser um aluno questionador e a gente vê que não são, muitos deles vêm de uma classe inferior, eles são trabalhadores, muitos deles não têm computador em casa, estão adquirindo computadores, então trabalham diretamente no pólo. Tem alguns que têm computador em casa, que têm acesso à internet, tem outros que só têm acesso à internet discada e aí, por exemplo, pra ti baixar uma web conferência, por mais que ela esteja no sistema, eles levam dias, então. E é uma forma de burlar algumas coisas, o governo tá burlando, tá fazendo um engodo, um enchimento nos índices da educação superior.

Esse tutor faz uma leitura do trabalho que desempenha no EAD na qual expressa as limitações de uma modalidade de ensino alicerçada numa estrutura frágil em vários aspectos. Desse trecho da fala de Carlos, pode-se extrair uma dimensão da precarização do trabalho que diz respeito à “necessidade” de compactuar com uma formação, em nível superior, que efetivamente não dispõe de meios para assegurar uma graduação de qualidade. É latente a frustração desse profissional com os resultados do trabalho que realiza.

Considerações sobre o trabalho do tutor no EAD

O estudo demonstrou que o campo educacional também é atingido pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. E não teria como ser diferente, já que a

hegemonia ideológica capitalista penetra em todos os setores da vida social. O trabalho desempenhado pelo tutor é a expressão da precarização do trabalho na atualidade. Ele se torna ainda mais precário porque nem mesmo é definido como um trabalho, pois os profissionais prestam os serviços de tutoria como bolsistas e, nessa condição, podem permanecer por até quatro anos, sem registro em carteira, sem férias, décimo terceiro ou qualquer outro direito trabalhista.

Além desse frágil “vínculo” trabalhista, a exploração informal da força de trabalho no EAD se expressa também no controle do tempo de trabalho, que se dá por meio do sistema de informática, que registra todos os acessos desses trabalhadores; na obrigação de responder as dúvidas dos alunos em 24 horas, o que inclui os finais de semana; na obrigação de permanecer com um número mínimo de alunos para não perder a bolsa; na necessidade de dominar conteúdos de disciplinas para as quais não tem formação.

Essas são as dimensões objetivamente observáveis da precarização do trabalho. Entretanto, é preciso considerar um conjunto de condições subjetivas presentes no trabalho do tutor que também geram essa precarização. Condições estas que somente foram apreendidas neste estudo com a realização das entrevistas, quando foram expostos detalhes do cotidiano de atuação desses profissionais no EAD. Entre esses elementos estão a necessidade, expressa pelos tutores, de mais tempo para se dedicarem ao trabalho, de modo a qualificar a atuação; de formação mais específica, para dar conta das demandas dos alunos; de equiparação da função de tutor à de professor, para assegurar uma maior valorização da função.

Os vínculos precários de trabalho e as condições inadequadas de exercício da docência produzem nos tutores a sensação de despreparo, insegurança, ansiedade e baixa autoestima. Como afirma Antunes (2001), no plano da subjetividade é preciso considerar a íntima relação entre a esfera do sujeito e a atividade do trabalho.

Apesar de todas as condições expostas, aparece, nos depoimentos dos tutores, uma disposição subjetiva para colaborar com a implantação desse tipo de formação. Muitos aceitam atuar no EAD, tanto pela possibilidade de qualificar os currículos e obter um crescimento pessoal com essa experiência de trabalho, quanto pelo orgulho do vínculo como trabalhadores em uma universidade federal. Os tutores entendem que, por estarem no início da vida profissional, é “natural” e “normal” a submissão a esse tipo de exploração.

Este estudo demonstrou que os trabalhadores são convencidos de que a adesão a novos processos de produção é necessária e imprescindível. Assim, consentem em aderir a esses projetos sem maiores questionamentos.

Poucos foram os registros, durante as entrevistas com os tutores e conversas informais com profissionais que atuam nos cursos, de questionamento e crítica explícita ao EAD. Além disso, observou-se a ausência de qualquer organização dos tutores para reivindicar melhores condições de trabalho, que pode ser decorrente tanto de certo ceticismo em relação aos movimentos coletivos, quanto da própria natureza do trabalho desempenhado (centrado no indivíduo, sem vínculo formal, realizado em casa) que acaba por limitar essa organização mais coletiva.

Assim, a ausência de direitos trabalhistas e as precárias relações de trabalho se constituem como barreiras à organização de um movimento coletivo e explicam a desmobilização desses sujeitos.¹²

A maior parte dos entrevistados tratou com naturalidade a expansão do ensino superior, ocorrida nos anos 2000, alicerçada na precariedade do trabalho. É claro que é preciso considerar que, para muitos, a remuneração que tiram com o trabalho no EAD é relevante ou essencial para seu sustento e, assim, acabam incorporando sem muitos questionamentos os discursos que lhes são passados. Por outro lado, uma postura mais crítica em relação ao tipo de trabalho desempenhado pode significar uma autoavaliação negativa do próprio trabalho.

A configuração do trabalho encontrada neste estudo expressa a atualidade central do tema para a compreensão das formas de exploração da força de trabalho nesta fase do capitalismo. Como afirma Frigotto (2000), não são necessários novos paradigmas ou referenciais para explicar uma realidade que apenas tornou-se mais complexa, mas não se superou.

Referencias

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jun. 2006.

¹² Fenômeno, evidentemente, presente nos diferentes tipos de trabalho na sociedade.

- BRASIL. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispões sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 dez. 1993.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2006.
- FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura; MINTO, César Augusto. Ensino a distância: equívocos, legislação e defesa da formação presencial, **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 39, fev. 2007. p. 93-105.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 77-108.
- GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 228-252.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2009.
- HAYEK, Friedrich Won. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. Livro I, 2v.
- MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 4 abr.2010.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e intensificação. **Educação e Sociedade**, vol. 25, n. 89, set./dez. 2004. p. 1127-1144. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Neoliberalismo ou pós-liberalismo? Educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina. In: MELLO, Guiomar Namó et. al. **Estado e educação**. Campinas: Papyrus e Cedes; São Paulo: Ande e Anped, 1992.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr., João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais:** pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Ilse Gomes da. **Democracia e participação na 'Reforma' do Estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

STAKE, Robert. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional, **Educação e seleção:** Revista da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.7, jun. 1983a. p. 5-18.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2003.